

RAÇA E CLASSE EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E FLORESTAN FERNANDES¹

Matheus de Carvalho Barros²

Resumo

O objetivo deste artigo é elaborar uma sucinta comparação entre as obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Mariátegui e Fernandes analisaram questões similares tais como: o colonialismo enraizado na América Latina, a configuração da dependência e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes. Nesse sentido, o objetivo fundamental do trabalho é perseguir a forma como esses autores articularam raça e classe, identificando os sujeitos racializados como protagonistas das transformações radicais.

Palavras-chaves: Mariátegui; Florestan Fernandes; Raça; Classe; Marxismo

RAZA Y CLASE EN JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI Y FLORESTAN FERNANDES

Resumen

El propósito de este artículo es realizar una breve comparación entre los trabajos del periodista peruano José Carlos Mariátegui y el sociólogo brasileño Florestan Fernandes. Mariátegui y Fernandes analizaron temas similares como: el colonialismo arraigado en América Latina, la configuración de la dependencia y la complementariedad de las modalidades de dominación étnico-racial y de clase. En este sentido, el objetivo fundamental del trabajo es indagar en la forma en que estos autores articularon raza y clase, identificando a los sujetos racializados como protagonistas de transformaciones radicales.

Palabras clave: Mariátegui; Florestan Fernandes; Raza; Clase; Marxismo

RACE AND CLASS IN JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI AND FLORESTAN FERNANDES

Abstract

The purpose of this article is to draw up a brief comparison between the works of the Peruvian journalist José Carlos Mariátegui and the Brazilian sociologist Florestan Fernandes. Mariátegui and Fernandes analyzed similar issues such as: colonialism rooted in Latin America, the configuration of dependency and the complementary character of ethnic-racial and class domination modalities. In this sense, the fundamental objective of the work is to pursue the way in which these authors articulated race and class, identifying racialized subjects as protagonists of radical transformations.

Keywords: Mariátegui; Florestan Fernandes; Race; Class; Marxism

¹ Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 05/08/2023. Segunda Avaliação em 07/08/2023. Aprovado em 10/11/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59148>.

² Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil.

E-mail: carvalho_barros@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1827391223830793>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>.

Introdução

O objetivo deste artigo é elaborar de forma sucinta uma análise comparativa entre as obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.³ Diante dos desafios sociais, econômicos e políticos impostos por seus contextos nacionais, em particular, e latino-americano, em geral, cada um dos autores lidou de forma crítica e criativa com a teoria marxista, rompendo com as concepções lineares de progresso características das formulações stalinistas e das teorias da modernização de seus contextos, contribuindo, desta forma, para a conformação de uma crítica dialética da modernidade a partir da periferia do Ocidente.

Mariátegui e Fernandes analisaram em suas respectivas obras questões similares tais como: o colonialismo enraizado nas formações sociais latino-americanas, a existência de uma burguesia nacional pró-imperialista, o amálgama entre formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes.

Nesse sentido, o objetivo fundamental do trabalho é perseguir sinteticamente a forma como esses autores articularam a variável étnico-racial à materialidade da luta de classes. Empreendimento esse que singulariza a obra de Mariátegui e Florestan, os colocando em contradição com a “ortodoxia marxista” e conferindo-lhes uma posição de originalidade e singularidade no campo do materialismo histórico.

Esse empreendimento implica supor que, de um lado, a forma pela qual ambos tratam a articulação entre raça e classe os aproxima de algum modo e, de outro, que os singulariza dentro de um determinado campo teórico (no caso, o marxismo hegemônico do século XX, marcadamente eurocêntrico). Nesse sentido, a nossa hipótese é que, ao analisarem as suas respectivas realidades nacionais através da ótica das classes subalternas – sobretudo os indígenas no caso peruano e os negros no caso brasileiro - Mariátegui e Florestan vão na contramão das análises eurocêntricas que identificam como sujeito histórico privilegiado o proletariado urbano, ignorando as particularidades dos países do continente americano cuja dominação e

³ Esse artigo é uma versão introdutória da minha dissertação intitulada Raça e classe: um estudo comparativo entre José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF) em fevereiro de 2023.

a exploração se fazem com maior intensidade sobre as populações negras e indígenas.

Desta forma, a questão central é demonstrar – a partir da análise e comparação da obra desses dois autores – que a relação entre raça e classe é um imperativo que se impõe ao contexto latino-americano. Sendo assim, a análise sobre essa articulação se desdobra e está diluída em pelo menos três questões fundamentais: a persistência do colonialismo, o desenvolvimento desigual e combinado das sociedades periféricas e o papel dos sujeitos racializados enquanto protagonistas por excelência das transformações radicais. Temáticas essas que, a nosso ver, são características fundamentais do pensamento de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, e serão os fios condutores da análise proposta.⁴

Além disso, tanto Mariátegui quanto Fernandes possuem uma apropriação muito específica do marxismo. Há uma interação rica e frutífera entre o geral e o particular nas investigações dos dois autores, que não se reduziram à mera implantação de teorias, métodos e técnicas de investigação de suposta validade universal.

Vale ressaltar que em suas respectivas obras, tanto o peruano quanto o brasileiro não temeram recorrer ao diálogo com outras referências teóricas e metodológicas distantes do marxismo para desenvolver suas análises. Portanto, a breve discussão empreendida em nosso escrito almeja trazer algumas contribuições, entre elas, chamar ao debate temas que o marxismo historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise do colonialismo, do desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe. Sendo assim, objetivamos contribuir para uma reconstrução da relação entre a tradição oriunda de Marx e as particularidades da América Latina, pensando dialeticamente o local e o universal.

É importante ressaltar também que a comparação proposta pelo é algo inédito na literatura. Alguns estudos já compararam Mariátegui com outros autores como Caio

⁴ É importante destacar que, diferentemente de Florestan, Mariátegui não utiliza propriamente a expressão “desenvolvimento desigual e combinado”. Todavia, como destaca Braga e Rubbo (2018), é possível visualizar com clareza a presença dessa teoria nos artigos do comunista peruano, sobretudo em sua interpretação sobre a formação sócio-histórica do Peru e o papel das comunidades rurais indígenas em um possível processo revolucionário.

Prado Júnior, Astrojildo Pereira e Mário de Andrade⁵. Entretanto, conhecimento, nenhum estudo comparou Mariátegui a outro personagem que tenha sido seu leitor e tenha sofrido influência direta do peruano, como é o caso de Florestan Fernandes.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que Florestan foi um agente fundamental na recepção e divulgação do pensamento e da obra de José Carlos Mariátegui no Brasil. O autor de *A integração do Negro na Sociedade de Classes* foi “o primeiro grande impulsionador da obra Mariateguiana no Brasil, de fato” (PERICÁS, 2010, p. 345). Foi por incentivo de Florestan que, em 1975, a editora Alfa Ômega conseguiu publicar, pela primeira vez no país, os *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*⁶.

Ainda na década de 1980, Hector Alimonda foi precursor em apontar a influência de Mariátegui sobre as formulações teóricas de Florestan Fernandes. Segundo Alimonda (1980), o pensamento do marxista peruano foi uma referência fundamental para que o sociólogo paulistano construísse o conceito de capitalismo dependente e analisasse o processo singular da revolução burguesa no Brasil. Entretanto, apesar desses apontamentos, o autor argentino não se aprofunda nesse assunto.

Nesse contexto, acreditamos que o autor que mais avançou nesse aspecto foi Deni Rubbo. No seu artigo “*Nosso irmão mais velho*”: *Florestan, leitor de Mariátegui* (2016) e em seu livro *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina* (2021), Rubbo vai além de Hector Alimonda apontando não apenas a leitura que o sociólogo brasileiro faz do comunista peruano, mas também demonstra que há de fato uma importante afinidade entre os *Sete Ensaios* e *A Revolução Burguesa*. Nesse sentido, apesar de suas especificidades, ambos seriam ensaios de interpretação histórica de longa duração sobre seus respectivos países, se configurando como obras fundamentais nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades periféricas.

⁵ Para uma comparação entre José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior ver: Kaysel (2012) e Leichsenring (2015); Para uma comparação entre Mariátegui e Mário de Andrade ver: Pellegrini (2007); Para uma comparação entre o autor peruano de Astrojildo Pereira ver: Lena Júnior (2007).

⁶ Entretanto, é preciso destacar que não foi apenas por incentivo de Florestan que a editora Alfa Ômega publicou a principal obra de Mariátegui. Nessa empreitada também se destacam o editor Fernando Mangarielo e o militante comunista português Miguel Urbano Rodrigues. Para mais detalhes sobre a primeira publicação dos Sete ensaios no Brasil ver: Rubbo (2021).

Dito isto, metodologicamente, o procedimento que pretendemos adotar é cotejar o pensamento de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes a partir da articulação entre raça e classe empreendida em suas respectivas obras. Como mencionado anteriormente, essa articulação se desdobra em três pontos fundamentais: a análise sobre a persistência do colonialismo na América Latina, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo periférico e o protagonismo dos sujeitos racializados no processo revolucionário. O exame dessas temáticas nos permitirá visualizar como ambos os autores concebem os nexos intrínsecos entre colonialismo, capitalismo dependente e racismo.

Nessa perspectiva, a questão seria focar nas análises de Mariátegui - a partir de 1923 após o seu retorno do exílio - sobre o caráter da burguesia peruana, os apontamentos sobre os resquícios coloniais enraizados na formação sócio-histórica do Peru e a articulação entre indigenismo e socialismo. O objetivo é focar nessas categorias e análises construídas por Mariátegui e traçar uma comparação com a obra do Florestan a partir da segunda metade da década de 1960, onde o sociólogo paulistano estuda a inserção do negro na sociedade de classes, constrói o conceito de capitalismo dependente e passa analisar o longo processo da nossa revolução burguesa.

O material empírico que pretendemos utilizar será as principais obras dos dois autores a respeito dos temas mencionados acima. Temáticas que, ao nosso ver, se configuram como as principais marcas do marxismo de Florestan e Mariátegui e suas principais contribuições para pensar os dilemas latino-americanos.

Ao longo da análise, ressaltamos não apenas as convergências, mas também as diferenças entre as ideias dos autores, sobretudo com base nas especificidades dos contextos históricos nos quais foram concebidas, analisando a forma peculiar com que ambos incorporaram a tradição marxista para pensar suas respectivas realidades nacionais. Desta forma, a metodologia que pretendemos empregar parte do pressuposto de que o contexto histórico deve ser tratado como elemento interno à teoria social e que mesmo teorias sociais que se pretendem universais posto que produzidas no “centro”, na verdade trazem a marca de experiências particulares.

Colonialismo, questão racial e o desenvolvimento desigual das sociedades latino-americanas

Antes de entrarmos nas convergências que constituem o cerne da nossa comparação, consideramos que é de suma importância apontarmos algumas diferenças fundamentais entre os autores estudados. Em primeiro lugar, podemos destacar uma diferença de “linguagem”, escrita e categorias mobilizadas, que podem ser explicadas, entre outras coisas, pelas diferentes formações profissionais e pelo pertencimento a gerações distintas. Mariátegui, por exemplo, destaca a presença e os resquícios “feudais” enraizados na sociedade peruana. Entretanto, é importante destacar que no período de Mariátegui o uso do termo “feudal” era praticamente consensual dentro e fora do marxismo. Como destaca Rubbo (2020), sendo um dos responsáveis pela difusão do pensamento marxista na América Latina Mariátegui também é herdeiro do vocabulário da Segunda e da Terceira Internacional, muitas vezes obsoleto para as ciências sociais contemporâneas.

Outra divergência que podemos apontar é a diferente relação que ambos tinham com o “meio indígena” e o “meio negro”, respectivamente. Mariátegui quase não teve contato direto com o mundo andino. Nesse sentido, a síntese entre indigenismo e socialismo empreendida pelo peruano teve que ser mediada, já que o jornalista não falava as línguas indígenas e nem pôde visitar as comunidades andinas devido seus problemas de saúde.⁷ Sendo assim, Mariátegui ficou limitado a encontros com ativistas indigenistas em Lima (LEIBNER, 1999).

Por outro lado, Florestan possuía uma relação orgânica com o “meio negro”, seja desde a sua infância como menino pobre na cidade de São Paulo, seja em sua participação na pesquisa sobre preconceito de cor na capital paulista nos anos de 1950. A interlocução direta de Florestan com o movimento negro foi fundamental para a formulação do que veio a se tornar *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (BRASIL JR; MEDEIROS DA SILVA, 2021; CAMPOS, 2014).

Outra questão que podemos levantar é que, ao relacionar a questão indígena diretamente à questão da terra, Mariátegui está mais atento aos aspectos estruturais da dominação de classe e de raça, enquanto Florestan vai um pouco mais além, demonstrando também as consequências psicossociais do racismo estrutural.

⁷ Segundo Alberto Flores Galindo (1980), a única viagem de Mariátegui para o interior do país foi realizada em 1918 acompanhado de Ricardo Martínez de La Torre.

Todavia, é importante ressaltar que a identificação do problema indígena com o problema da terra não leva o autor peruano a defender uma saída economicista para a questão. Seguindo o fio condutor da luta de classes em que estão envolvidos os indígenas e a classe latifundiária (os gamonales), Mariátegui aponta a necessidade da agência política dos primeiros e destaca a necessidade de sua organização como condição fundamental para pensar um horizonte socialista para o Peru (MITROVIC; LEON, 2022).

Isto posto, podemos agora entrar propriamente nas convergências analíticas entre o jornalista peruano e o sociólogo brasileiro.

Entre 1925 e 1928, Mariátegui escreveu e publicou em jornais e revistas uma série de artigos sobre a realidade peruana, os quais posteriormente foram reunidos, reorganizados e ampliados. O resultado dessa compilação e reformulação foi publicado em novembro de 1928, com o título de *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (KAYSEL, 2012).⁸

A análise contida no primeiro dos *Sete Ensaio*s sobre a história econômica peruana é um dos exemplos mais precoces e bem-sucedidos de teorização sobre a implantação do capitalismo em uma sociedade periférica. Com raras exceções, como o pioneiro livro de Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, havia pouca literatura marxista sobre o tema. Ao pensar as realidade “coloniais e semicoloniais” a maioria dos marxistas recorria a um esquematismo evolucionista, de sucessão linear de modos de produção, qual se daria mais ou menos da mesma forma em toda parte. Nesse sentido, a originalidade de Lênin esteve justamente em evitar o decalque do modelo que Marx pensara para a Inglaterra e França, buscando compreender como na Rússia conviviam e se articulavam diferentes modos de produção (KAYSEL, 2012).

Se na teoria marxista europeia havia poucos precedentes, na América Latina o materialismo histórico não apenas era pouco difundido como não havia gerado nenhuma leitura mais original dos problemas da região. Além disso, as explicações voltadas para os fatores econômico-sociais ainda não ocupavam o cerne das

⁸ Esta obra de José Carlos Mariátegui é um marco fundamental do marxismo latino-americano, sendo ele considerado o primeiro autor a desenvolver uma reflexão original sobre a realidade da América Latina com base no materialismo histórico. Ainda que não seja possível em termos cronológicos dizer que o jornalista peruano seja o primeiro marxista do continente, Mariátegui é considerado por inúmeros analistas como o mais original e criativo marxista do “Novo Mundo”, e o fundador de um marxismo autenticamente latino-americano (KAYSEL, 2012).

reflexões do pensamento social latino-americano, o qual se voltava preferencialmente para a cultura ou a raça como variáveis explicativas dos problemas regionais. Nesse contexto, essas condições ressaltam o pioneirismo do autor peruano e o alcance futuro de suas reflexões. Em sua análise pode-se reconhecer, por exemplo, ainda que de forma embrionária, abordagens que serão retomadas e desenvolvidas parcialmente décadas mais tarde pela Teoria da Dependência (RUBBO, 2020).

Analisando o desenvolvimento desigual e combinado do Peru, Mariátegui (2004) afirma que a formação social de seus pais era um amálgama de três “economias” (ou “modos de produção”): o socialismo ou comunismo primitivo, o feudalismo e o capitalismo (este último em fase de desenvolvimento). O socialismo ou comunismo primitivo sobrevivia nas comunidades rurais dos indígenas (o *ayllú*) do altiplano andino que havia sobrevivido à conquista e à colonização espanholas.

Por outro lado, Mariátegui (2004) destaca que, legado pela colônia, o latifúndio feudal permaneceu e também se fortaleceu após o processo de independência a partir do seu entrelaçamento com a nascente economia capitalista. Esta, originada na costa, apoiava-se na exportação de produtos primários (minerais e agrícolas) e era dominada por capitais estrangeiros (britânicos em um primeiro momento e, posteriormente, norte-americanos).

Mas quais seriam as razões históricas dessa formação social particular conformada por um amálgama entre estruturas ditas “arcaicas” com estruturas ditas “modernas”? O marxista peruano vai buscá-las justamente no processo de independência e na subsequente formação da burguesia peruana. Mariátegui será um dos precursores ao apontar que esse processo não teria conduzido à superação das estruturas econômicas e sociais legadas pela colonização - concepção essa que é uma marca fundamental do pensamento de Florestan Fernandes.

Mariátegui (2004) demonstra que, mesmo com o desenvolvimento capitalista mais complexo do período imperialista – que envolve, sobretudo, a mineração e uma incipiente industrialização – o regime burguês derivado da Revolução de independência peruana, por sua associação umbilical com o latifúndio é incapaz de alterar as relações sociais que excluem o índio. Nesse sentido, tendo em vista que o capitalismo é um sistema mundial, “a independência sul-americana apresenta-se ditada pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental ou, mais exatamente, capitalista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 6).

Nesse sentido, Mariátegui (2004) aponta que o obstáculo e a resistência a uma solução para os problemas sociais do Peru encontram-se na própria estrutura econômica do país:

A economia do Peru é uma economia colonial. Sua movimentação, seu desenvolvimento, estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e de Nova Iorque. Estes mercados enxergam o Peru como um depósito de matérias primas e uma praça para suas manufaturas. A agricultura peruana obtém, por isto, créditos e transportes apenas para os produtos que pode oferecer com vantagem nos grandes mercados [...] o dia que Londres possa receber um produto a melhor preço e em quantidade suficiente da Índia ou do Egito, abandonará imediatamente à sua própria sorte seus fornecedores do Peru. Nossos latifundiários, quaisquer que sejam as ilusões que tenham acerca da sua independência, não deixam de agir, na realidade apenas como intermediários ou agentes do capitalismo estrangeiro (MARIÁTEGUI, 2004, p. 69).

Portanto, para o nosso autor, a economia peruana de então mantinha um caráter colonial: isto é, seus dinamismos eram ditados “de fora”, pelos interesses do capital financeiro internacional. O capitalismo, consolidado pela penetração do capital monopolista anglo-saxão, se integrou e fortaleceu as relações “arcaicas” de produção, em vez de dissolvê-las. O legado colonial permanece como algo vivo e atuante no presente peruano. A “inorganicidade” da formação social do país andino aparece como resultado da permanência da herança da conquista.

Sendo assim, na concepção de Mariátegui (2004), não apenas a economia nacional era dependente e desarticulada como também a cidadania era negada às massas populares. Nesse contexto, como então constituir uma nação sem a integração econômica, política e social da massa da população? Para o nosso autor, só o socialismo revolucionário poderia cumprir essa função. Segundo Mariátegui (2004), os atores desse processo seriam o operariado urbano e, sobretudo, o campesinato indígena, a classe mais explorada nas relações de produção vigentes.

Portanto, como salienta Kaysel (2012), esse diagnóstico da evolução econômica peruana leva o autor a desdobrar a questão nacional do Peru em dois problemas básicos: o problema do índio e o problema da terra, ambos sendo íntima e inseparavelmente entrelaçados.

Para Mariátegui, se os índios constituíam quatro quintos da população do Peru, sua marginalização econômica, social e política seria um entrave para qualquer perspectiva de integração nacional. Sendo assim, o jornalista peruano, para entender

a própria questão nacional de seu país, procura dar à questão indígena um tratamento marxista. Sobre a questão metodológica, o próprio Mariátegui destaca que:

nada é mais evidente do que a impossibilidade de se entender, sem o auxílio da economia, os fenômenos que dominam o processo de formação da nação peruana. A economia não explica, provavelmente, a totalidade de um fenômeno e de suas consequências, mas explica suas raízes (MARIÁTEGUI, 1925, s/p).

Um exemplo concreto da aplicação dessa metodologia pode ser observado no segundo ensaio da sua principal obra intitulado “O Problema do Índio”. Mariátegui (2004) começa o texto afirmando que todas as teses que não consideram a questão indígena como um problema socioeconômico, não passam de estéreis exercícios teóricos condenados a total descrédito. O revolucionário peruano advoga uma crítica que busque as raízes do problema do índio não nas determinações jurídicas, culturais ou morais, mas sim na estrutura econômica da sociedade peruana. Pois,

a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la através de medidas administrativas ou policiais, através de métodos de ensino ou com obras de viação, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o método feudal dos “gamonales” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 21).

Os “Gamonales” eram essencialmente os latifundiários peruanos da região serrana que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão - muito parecido com a forma feudal -, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como problema da “feudalidade” peruana (GALASTRI, 2017). Desta forma, a marginalidade da massa quéchua só poderia ser entendida como resultado do regime de dominação social dos grandes proprietários rurais, onde o latifúndio e as relações de trabalho servil representavam os pilares dessa configuração social.

Como afirma José Aricó (1987), a “questão” indígena, em Mariátegui, é formulada como “questão camponesa”. Mais do que isso, a articulação entre o “problema do índio” e o “problema da terra” forma o núcleo fundamental da questão nacional no Peru. “Ou seja, a não consolidação de uma nação peruana se devia à não resolução desses dois problemas legados pelo passado colonial” (KAYSEL, 2012, p. 200).

Na esteira dessa argumentação, no ensaio “O problema da terra” o fundador do Partido Socialista Peruano chama a atenção para os resquícios coloniais enraizados na formação sócio-histórica de seu país. Para Mariátegui, o desabrochar de uma economia capitalista no Peru não foi acompanhado de uma ruptura com determinadas estruturas sociais legadas pelo passado colonial. Segundo o Amauta , em cem anos de República não existiu uma verdadeira classe burguesa no Peru. A antiga classe senhorial - mascarada de burguesia republicana - conservou suas posições de privilégios. A sobrevivência de um regime hegemônico por latifundiários, conseqüentemente produziu a preservação e o fortalecimento do latifúndio. José Carlos Mariátegui chama atenção para o fato de que, em um século de República, “a grande propriedade agrária fortaleceu-se e cresceu, apesar do liberalismo teórico de nossa Constituição e das necessidades práticas do desenvolvimento de nossa economia capitalista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 34).

Mariátegui (2004) destaca que o regime de propriedade da terra condiciona o regime político de seu país. Ou seja, o problema agrário perpassa por todos os problemas do Peru, impedindo a formação e o funcionamento de qualquer instituição democrática e até mesmo liberal. Desta forma, tendo em vista a relação de dominação e servidão as quais os povos indígenas estão submetidos, Mariátegui defende que não há como resolver o “problema do índio” sem extinguir o latifúndio.

Com base em uma visão materialista e dialética da realidade, o comunista peruano desloca a questão indígena de um viés culturalista, moralista e religioso para uma análise econômica e política. Sendo assim, “a solução do problema do índio tem de ser uma solução social. Os índios é que devem realizá-la” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 31).

Escrevendo décadas depois de Mariátegui e analisando as particularidades da realização do capitalismo no Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes assinala que o passado colonial deita raízes profundas na formação social brasileira. Ele faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta o racismo como uma categoria estruturante de nossa sociedade. Nesse sentido, a questão do racismo não se trata de uma mera herança da escravidão, mas de uma situação atual que estrutura e dinamiza as relações sociais capitalistas no Brasil.

Isto posto, podemos agora ver como Fernandes relaciona a questão racial aos dilemas históricos do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da revolução

burguesa. Ou seja, nesse momento, assim como no caso de Mariátegui, pretendemos demonstrar como Florestan relaciona raça e classe, não apenas como uma chave interpretativa da realidade social latino-americana, mas também como um imperativo fundamental para se pensar os processos emancipatórios⁹.

Em relação aos nexos entre a questão racial e os dilemas do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, uma importante passagem do texto *Aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, escrito provavelmente entre 1971 e 1972 - e publicado em *O negro no mundo dos brancos*¹⁰-, deixa claro a vinculação entre a “questão do negro” e os dilemas do capitalismo periférico. Segundo Fernandes,

Embora não exista, para a estrutura econômica da sociedade de classes brasileira, qualquer interesse em evoluir para o padrão sistemático de preconceito e de discriminação raciais (como o que existe no Estados Unidos ou na África do Sul), o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve) (FERNANDES, 2007, p. 305).

Esse pequeno trecho demonstra a compreensão teórica da estruturação racista do capitalismo periférico e dependente brasileiro, cuja particularidade sócio-histórica foi ordenada pelo amálgama entre as formas de exploração tipicamente capitalistas baseadas na extração do mais-valor relativo, com as formas de exploração arcaicas ligadas à reatualização dos padrões colonialistas de poder (COSTA *et al*, 2021).

Em *O dilema racial brasileiro* – seção do último capítulo de *A Integração do Negro na sociedade de classes* – o sociólogo paulistano vai definir o dilema racial como um fenômeno dinâmico e de natureza sociopática:

Ele [o dilema racial] se produz, de forma recorrente, porque o “negro” sofre persistentes e profundas pressões assimilacionistas e, apesar de responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais

⁹ É importante deixar claro que toda a dimensão sócio-histórica do “dilema racial brasileiro” não se resume num único texto ou em uma única obra de Florestan Fernandes. Como nos apontam os autores do texto *Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro*, para se atingir uma visão compreensiva desse dilema, seria necessário reler passo a passo toda obra pertinente do sociólogo paulistano sobre o assunto. Um trabalho dessa envergadura demandaria uma releitura diacrônica e de reconstituição cronológica do conjunto de sua produção sobre o negro, desde a Pesquisa Unesco, passando pela *Integração do Negro*, até chegar nas suas conclusões mais “maduras” das décadas de 1970 e 1980, para demonstrar como seus conceitos foram sendo formulados, redefinidos e ressignificados (COSTA; ALVES; PORTELA JR; SOARES; SILVA; MUTZENBERG, 2021).

¹⁰ Esse ensaio foi escrito originalmente para um volume coletivo que seria publicado na França, em homenagem a Roger Bastide (FERNANDES, 2007).

profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e brancos”. Isso nos ensina, pois, algo muito importante. O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial (FERNANDES, 2021, p. 826).

Após delinear o dilema racial como um fenômeno sociopático que estaria obstruindo o desenvolvimento da ordem social competitiva, Fernandes indica que a “única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável” das desigualdades raciais seria “a própria expansão da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2021, p. 827). Ora, olhando isoladamente para esta passagem, poderíamos dizer que, na visão do nosso autor, o próprio capitalismo eliminaria as desigualdades raciais. Contudo, logo em seguida, Florestan afirma que tais transformações espontâneas são extremamente lentas e instáveis e, portanto, podem ser anuladas. Na esteira desse argumento, o sociólogo paulistano vai afirmar que existe, na verdade, a possibilidade de uma conciliação entre as desigualdades raciais e as de classe: “As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial” (FERNANDES, 2021, p. 827).

Escrevendo sua obra de cátedra às vésperas do golpe empresarial-militar de 1964, Florestan em nenhum momento “apostou suas fichas” na possibilidade do desenvolvimento espontâneo da ordem social competitiva eliminar as desigualdades raciais presentes no Brasil.¹¹ Muito pelo contrário, há, no livro, “uma aposta permanente no potencial de uma efetiva democratização da sociedade brasileira, feita de baixo para cima, através do protagonismo negro” (BRASIL JR; MEDEIROS DA SILVA, 2021, p. 10).

¹¹ Existe uma leitura muito recorrente na academia e em determinados setores do movimento negro que sugere que, na obra publicada em 1965, Florestan teria atestado que a eliminação do racismo se daria com o avanço e o desenvolvimento espontâneo da sociedade de classes. Concordamos com os argumentos de Brasil Jr. e Medeiros da Silva (2021), e consideramos equivocada esse tipo de leitura, principalmente se levarmos em consideração o conjunto da obra de Florestan. Como demonstra nossos autores, ao que tudo indica, sobretudo no campo de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, é a leitura de Carlos Hasenbalg, em sua importante obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), que vem modelando grande parte da recepção crítica de *A integração do negro na sociedade de classes*.

Desta forma, a caracterização sociológica do dilema racial o conduz a uma conclusão política, a qual será aprofundada com maior densidade teórica em seus trabalhos posteriores. Entretanto, em *A Integração do Negro* essa certeza histórica já estará estabelecida. Nas próprias palavras de Florestan:

[...] a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de cor”. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental (FERNANDES, 2021, p. 827).

Nesse contexto, uma hipótese a ser explorada é que, ao se revestirem de um caráter combatido mais radicalizado e, portanto, político, a noção de dilema racial ganhará em profundidade e consistência. Pois, não se trata mais de um padrão idealmente elaborado de “ordem social competitiva”, em contraste comparativo com sua variação patológica, mas seria precisamente o caráter sociopático das desigualdades raciais, geradas por um racismo estrutural, que conformam os padrões societários de uma sociedade capitalista periférica, de origem colonial, subdesenvolvida e dependente (SILVEIRA, 2021).

Acreditamos que esta visão está consolidada nos textos de Florestan da década de 1980, sobretudo nos ensaios reunidos em *O Significado do Protesto Negro*, que serão analisados mais adiante. Entretanto, acreditamos ser possível observar uma inflexão no pensamento do sociólogo paulistano nos textos publicados em *O Negro no mundo dos Brancos*, nos quais Florestan passa a conceber uma interação dialética entre racismo/colonialismo e capitalismo dependente. Consideramos que, ao compreender – através de uma perspectiva marxista - o racismo como uma característica intrínseca e indissociável da realização do capitalismo na periferia, a noção de “dilema racial” assume novas dimensões e sentido qualitativamente novos (COSTA; ALVES; PORTELA JR; SOARES; SILVA; MUTZENBERG, 2021).

Assim como Mariátegui, Florestan (2010) ressalta que a emancipação nacional brasileira não implicou em um colapso da economia colonial. Para que esse processo pudesse ocorrer, de imediato ou posteriormente, seria necessário que os escravos, os libertos e os vários setores da população pobre livre estivessem envolvidos, em massa, no processo de descolonização.

Na esteira desse raciocínio, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, publicado em 1973, Florestan salienta que o amadurecimento do capitalismo não contribuiu para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social de vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas. Na verdade, o capitalismo dependente requereu o renascimento e a renovação, sob novos símbolos, de atitudes, valores e formas de opressão e exploração típicas do “antigo regime”. Em consequência, o capitalismo constituído na América Latina floresceu da “modernização do arcaico” e da “arcaização do moderno” (FERNANDES, 1973, p. 41).

Para Florestan Fernandes, as sociedades latino-americanas são produtos de um “tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático”. Esse colonialismo teve seu início com a conquista espanhola e portuguesa e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países (FERNANDES, 1973, p. 11). Ou seja, os processos de independências formais na América Latina não representaram o fim do colonialismo, que ao contrário, se “renovou” adquirindo novas configurações.

O “congelamento” do processo de descolonização tornou possível a permanência de privilégios raciais herdados do colonialismo e do escravismo, e as formas de subalternização cultural, acumulação de capital e de exploração do trabalho que seriam impraticáveis caso a democratização social inerente a esse processo de descolonização e nacionalização da sociedade tivesse se completado. Tal fator tornou-se imprescindível para a reprodução do tipo de capitalismo *selvagem* que emergiu na América Latina e que envolve, ao mesmo tempo, “uma ruptura e uma conciliação” com o antigo regime colonial (FERNANDES, 1973, p. 52).

Nesse sentido, tanto para Florestan Fernandes quanto para Mariátegui, a permanência do colonialismo e das relações coloniais e racistas atuantes na sociedade de classes não são meras “sobrevivências” do passado ou “anomalias”, mas sim elementos estruturantes que se atualizam e se combinam constantemente para serem funcionais ao capitalismo dependente.

Portanto, a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais das sociedades latino-americanas e a solução para o problema racial vai além da solução para o problema das classes, “pois a igualdade exigida pela situação dos negros e mulatos é ainda mais profunda do que exigida pela diferença de classes”

(FERNANDES, 2017, p.128), uma vez que a dominação imposta a esses grupos seria dupla, enquanto raça e enquanto classe.

É neste aspecto que o sociólogo marxista defende que a classe não explica tudo e que, com referência ao negro e ao indígena, era imprescindível combinar raça e classe, sendo que uma não esgota a outra e, tampouco, uma se esgota na outra (FERNANDES, 2017). A articulação entre ambas é crucial para compreender e explicar as estruturas de poder, dominação e exploração nas sociedades latino-americanas.

Essa combinação é essencial para pensar qualquer projeto de transformação social na América Latina. Pois, as desigualdades raciais só podem ser superadas fora dos marcos do capitalismo dependente, uma vez que este mantém e revitaliza muitas das estruturas coloniais imprescindíveis à sua reprodução.

A raça como fator revolucionário: os condenados da terra na vanguarda da história

Em 1929, entre primeiro e doze de junho, aconteceu em Buenos Aires a Primeira Conferência Comunista Latino-americana. Como líder do Partido Socialista Peruano, Mariátegui prepara dois textos para serem apresentados no encontro.¹²

Um dos textos apresentados na conferência intitulado *El problema das razas en América Latina* representa as análises mais sistemáticas e profundas de Mariátegui sobre o papel dos indígenas no continente americano. Os textos apresentados na conferência configuram uma espécie de aprofundamento do caráter político das formulações presentes nos *Sete Ensaíos*.

O texto é dividido em duas partes. A primeira, intitulada *Planteamiento de la cuestión*, foi escrita integralmente por Mariátegui. A segunda parte chamada *Importancia del problema racial* foi redigida pelo médico Hugo Pesce com base em

¹² É bom destacar que, apesar de sua importância histórica, a reunião na capital argentina era um evento relativamente pequeno e as quatorze delegações da América Latina contavam com poucos convidados. Com plenos direitos na reunião estavam a Argentina, com oito delegados, o Brasil com quatro, a Colômbia com três, Cuba com três, Equador com três, Guatemala com dois, México com dois, Paraguai com um e Uruguai com três, assim como convidados “simpatizantes”, entre os quais, a Bolívia, com dois representantes, El Salvador com dois, Panamá com dois, Peru com dois e Venezuela com apenas um. Também estavam presentes enviados do Partido Comunista dos Estados Unidos e da França, do Comintern e da IC juvenil, e dos secretariados sul-americanos da IC e da IC juvenil regional no evento (PERICÁS, 2011).

um esquema construído pelo Amauta. Devido a sua delicada condição de saúde, Mariátegui não pode ir até a Argentina apresentar pessoalmente suas teses, tarefa que confiou a Julio Portocarrero e Hugo Pesce.

Assim como formulado nos *Sete Ensaios*, Mariátegui (2021) abre o texto lembrando que o “problema das raças”, da mesma forma que o “problema da terra”, só podem ser resolvidos com a liquidação da feudalidade. Com relação a raça, o comunista peruano observa que os preconceitos relativos à suposta inferioridade do indígena permitem ao colonizador explorá-lo com mais intensidade. Ou seja, o preconceito da inferioridade racial opera como uma justificativa de uma maior exploração da força de trabalho indígena.

Mariátegui (2021) prossegue o texto indicando que, em 90% dos casos, o índio não é um proletário, mas sim um servo. Na América Latina, o capitalismo – enquanto sistema econômico e político – se manifesta incapaz de construir uma economia emancipada dos legados coloniais. Nesse sentido, Mariátegui será o primeiro marxista latino-americano a entender como o racismo é funcional para o sistema capitalista e como ele proporciona uma “superexploração” do trabalho indígena. O jornalista peruano será um dos pioneiros em elaborar uma concepção que compreende o racismo enquanto uma criação do capitalismo ocidental. Segundo Mariátegui, “o conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 25).

Segundo Mariátegui (2021), o problema racial não se apresentava da mesma forma em todos os países da América Latina. Nosso autor observa que, em países como Peru e Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, seus problemas fundamentais se tornam as reivindicações sociais e populares dominantes. Para Mariátegui, nesses países o fator raça se conecta com o fator de classe de forma que uma política revolucionária não pode deixar de levar em conta. O índio quéchua e aymara vê seu opressor no branco” (MARIÁTEGUI, 2021, p. 30). Nessas condições, uma verdadeira política socialista deve “lutar para converter o fator raça em fator revolucionário” (MARIÁTEGUI, 2021, p. 31).

O fundamental para Mariátegui é demonstrar que o problema indígena não é racial em seu sentido biológico, mas sim social e econômico. A “questão do índio” é o problema de sua marginalização social. Em países que apresentam uma população indígena considerável, as classes oprimidas estão submetidas a uma situação de

dupla subalternidade: em primeiro lugar, estão submetidos a condição de trabalhadores explorados e, em segundo, a condição de não-brancos. E é importante ter sempre em vista que a segunda condição intensifica a primeira.

Portanto, é necessário levar em consideração que a luta de classes, realidade primeira que é reconhecida pelos partidos e movimentos operários, se reveste de inevitáveis características especiais quando a imensa maioria dos explorados pertencem a uma raça, e os exploradores pertencem quase exclusivamente a outra. Sendo assim,

O realismo de uma política revolucionária, segura e precisa, na avaliação e utilização dos fatos sobre os quais deve atuar nesses países em que a população indígena ou negra tem proporções e um papel importante, pode e deve converter o fato raça em um fator revolucionário. É imprescindível dar ao movimento do proletariado indígena ou negro, agrícola e industrial, um caráter claro de luta de classes (MARIÁTEGUI, 2021, p. 39).

Sessenta anos após a Primeira Conferência Comunista Latino-americana, em 1989, Florestan Fernandes publica *O Significado do Protesto Negro*, reunindo o que podemos considerar os escritos mais radicais do sociólogo paulistano sobre a questão racial.

Em termos metodológicos, Florestan entende a convergência entre raça e classe como crucial para uma tomada de posição revolucionária e enriquecedora de uma dialética marxista:

[...] existem duas polaridades que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça. Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raça [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente [...] (FERNANDES, 2017, p. 84-85).

Na concepção de Fernandes, a América Latina é um ambiente explosivo e seu potencial revolucionário advém justamente do fato de que aqui a dominação é dupla e articula métodos de dominação modernos e coloniais, classe e raça. A articulação entre capitalismo e as estruturas “arcaicas” de dominação ainda vigentes marca as desigualdades e iniquidades sociais que condicionam a vida, principalmente da população negra, indígena e camponesa, mas também delineiam o fato de que, da

articulação entre raça e classe na luta política, pode emergir a emancipação. Sendo assim, na América Latina, nosso potencial revolucionário advém da combinação recíproca da luta de raças e classes.

Para Florestan, o real enfrentamento do problema vivido pelo negro passa pelo reconhecimento deste agente, de que raça e classe são categorias complementares uma da outra na realidade brasileira. Logo, a noção de classe não retira a subjetividade do “ser negro”. Ao invés disso, a classe integra-o ao sistema de trabalho e à estrutura social do modo de produção capitalista. O negro pode ser, então, “duplamente revolucionário – como proletário e como negro” (FERNANDES, 2017, p. 26). Ele nega duplamente a sociedade na qual vivemos – na condição racial e na condição de trabalhador. Nesse sentido, Fernandes defende que a interação de raça e classe existe objetivamente e fornece uma via de transformação social engendrando uma “sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe, sem dominação de raça e sem dominação de classe” (FERNANDES, 2017, 27).

Se o sociólogo paulistano encerra *A Integração do Negro na sociedade de Classes* destacando que o negro se converteu “na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte de civilização moderna” (FERNANDES, 2021, p. 829), na coletânea publicada em 1989¹³ o negro se converte na “pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira” (FERNANDES, 2017, p. 41). O negro passa a ser considerado o sujeito histórico da revolução socialista. Mas por que os negros?

Os negros são testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades [...] ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco [...] O negro surgia como um símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade (FERNANDES, 2017, p. 23).

Portanto, assim como Mariátegui ressalta em relação a não incorporação do indígena na sociedade peruana, para o sociólogo paulistano, o chamado *problema do negro* vem a ser o próprio problema da viabilidade do Brasil como Nação (FERNANDES, 2017). Nesse sentido, não haveria Nação enquanto as sequelas do

¹³ O Significado do Protesto Negro.

escravismo, que afetaram os antigos agentes do trabalho escravo e seus descendentes, não forem definitivamente superadas e absorvidas. Contudo, para que esse processo ocorra, na perspectiva revolucionária do nosso autor, o Brasil “precisa tornar-se socialista para que as raças alcancem um padrão de democracia pelo qual elas se nivelem e o talento deixe de ser recrutado em termos não igualitários, em termos de concentração racial de renda, cultura e de poder” (FERNANDES, 2017, p. 115). Para isso, é necessária uma estratégia de luta política corajosa, “pela qual a fusão de raça e classe regule a eclosão do Povo na história” (FERNANDES, 2017, p. 36).

Conclusão

Portanto José Carlos Mariátegui quanto Florestan Fernandes construíram um pensamento crítico descolonizador, onde a articulação entre raça e classe não é apenas um imperativo para a compreensão das suas respectivas realidades nacionais, mas também é uma empreendimento fundamental para a construção de uma práxis radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista. E, ainda que a questão indígena e a questão negra possuam suas particularidades históricas e geopolíticas, ambos os autores entendem que o racismo é um fator estruturante do capitalismo periférico, que acaba convertendo os sujeitos racializados em agentes por excelência da revolução socialista. Sendo assim, tanto na teoria quanto na prática, a raça e a classe não são elementos antagônicos, mas sim complementares e inseparáveis.

Entre convergências e discrepâncias, acreditamos que Florestan e Mariátegui construíram um pensamento crítico sobre o colonialismo, o racismo e o capitalismo dependente. O que define o marxismo dos nossos autores é o constante esforço de adequação da teoria revolucionária às condições concretas da América Latina.

Enquanto não superarmos a dicotomia entre raça e classe no entendimento das particularidades da América Latina, ficaremos fadados a fazer uma análise insuficiente da realidade concreta, e impossibilitados de construir uma sociedade que não seja baseada na exploração e na opressão “do homem pelo homem”. A partir das contribuições dos autores analisados nesta pesquisa, podemos argumentar que os marxistas devem se situar entre aqueles que concebem o racismo como uma práxis

orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida seu desenvolvimento. Desta forma, não pode haver nenhuma perspectiva de transformação social sem a destruição de ambos.

Referências

ALIMONDA, H. **José Carlos Mariátegui**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARICÓ, J. O marxismo Latino-americano nos anos da Terceira Internacional **In: História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAGA, R; RUBBO, D. Dois mestres na periferia do capitalismo: Michael Löwy e Mariátegui. **CADERNO CRH**, Salvador, 2018.

BRASIL JR, A; SILVA, M. A. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

CAMPOS, A. J. **Interfaces entre sociologia e processo social: Florestan Fernandes e a pesquisa sobre o negro em São Paulo**. 2014. 400f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNICAMP, Campinas.

COSTA, D. V. et al. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil** [Eliane Veras Soares, Diogo Valença Costa org.]. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, FI. Prefácio. In: **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-omega, 2004.

FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder “institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **O Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GALASTRI, L. A revolução russa no pensamento de José Carlos Mariátegui: uma leitura de Lênin. In: **41° Encontro Nacional da Anpocs**, 2017, Caxambu- MG. Anais do 41° Encontro Nacional da Anpocs, 2017. P. 1-23.

GALINDO, A. F. **La agonía de Mariátegui**: La polémica con la Komintern. Lima: centro de estudios y promoción del desarrollo, 1980.

KAYSEL, A. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LEIBNER, G. **El mito del socialismo indígena**. Fuentes y contextos peruanos de Mariátegui. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica Perú, 1999.

LEICHSENDRING, Y. M. F. **O marxismo de Caio Prado e Mariátegui**: formação do pensamento latino-americano contemporâneo. 2015. 275f. Tese (Doutorado em História Econômica) - USP, São Paulo.

LENA JÚNIOR, H. de. **A idade da Revolução**: Astrojildo Pereira e José Carlos Mariátegui na construção do marxismo latino-americano. 2007. 329f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

MARIÁTEGUI, J. C. El hecho económico en La historia peruana. **Mundial**, 14 de agosto de 1925. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/peruanicemos_al_peru/paginas/economico.htm

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-omega, 2004.

MARIÁTEGUI, J. C. El problema de las razas em la América latina [1929]. In: **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista** (livro eletrônico). Organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

MITROVIC, M; LEÓN, S. Raza y clase en el materialismo histórico: notas sobre a América Latina. **Pacha, Revista de Estudios Contemporáneos Del Sur Global**, 2022.

PELLEGRINI, F. C. **O artista e sua época**: Estudo comparado entre Mário de Andrade e José Carlos Mariátegui. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Letras) - USP, São Paulo.

PERICÁS, L. B. **José Carlos Mariátegui e o Brasil**. Estudos Avançados, v. 24, p. 335-361, 2010.

PERICÁS, L. B.. **José Carlos Mariátegui e o Comintern**. Lutas Sociais, São Paulo, nº 25/26, p. 176- 190, 2011.

RUBBO, D. A. Nosso irmão mais velho: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. **Lua Nova** [online]. n.99, pp.79-105 – 2016.

RUBBO, D. A. Por uma esquerda marxista decolonial: Mariátegui e a crítica da modernidade ocidental. **Crítica Marxista**, n.51, p. 131-145, 2020.

RUBBO, D. A. **O labirinto periférico**: aventuras de Mariátegui na América Latina São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, M. de F. O autêntico e fechado mundo dos brancos: notas sobre a articulação entre classe e raça no pensamento de Florestan Fernandes. In: **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista** (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).